

BALANÇO PATRIMONIAL

Informações Corporativas

BALANCE SHEET | Corporate Information

ATIVO				PASSIVO			
	NOTAS	2012	2011		2012	2011	
CIRCULANTE				CIRCULANTE	4(e)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4(a) e 5	5.185.929	5.304.479	Fornecedores		363.988	
Clientes		108.455	112.517	1.124.088			
Estoques	6	919.416	590.853	Salários e Encargos Sociais		515.307	448.247
Outros Recebíveis	7	720.016	555.767	Provisões de Férias	4(g)	715.991	626.649
		6.933.816	6.563.617	Convênios e Subvenções		4.379.849	4.406.409
NÃO CIRCULANTE				Financiamentos		580.716	20.919
Bens em Comodato		10.076				6.555.851	6.626.312
Imobilizado	8	5.504.459	4.316.930	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	9	388.593	685.720	Bens em comodato		10.076	
		5.903.128	5.002.650	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
TOTAL		12.836.944	11.566.267	Patrimônio Social		3.752.340	1.928.304
				Reserva de Doações		1.196.416	1.158.536
				Reserva de Reavaliação			480.656
				Superávit do Período	11	1.322.262	1.372.459
						6.271.016	4.939.955
				TOTAL		12.836.944	11.566.267

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)					
	Patrimônio Social	Reserva Doações Equipamentos	Reserva de Reavaliação do Imobilizado	Superávit/(Déficit) do Exercício	Totais
Saldos em 31/12/2010	3.172.712	958.761	540.433	(1.304.185)	3.367.722
Depreciação da Reserva de Reavaliação	59.777		(59.777)		
Transferência p/ Patrimônio	(1.304.185)			1.304.185	
Reserva de Doação		199.775			199.775
Superávit do Período				1.372.459	1.372.459
Saldos em 31/12/2011	1.928.304	1.158.536	480.656	1.372.459	4.939.955
Depreciação da Reserva de Reavaliação					
Transferência p/ Patrimônio	1.372.459		(29.080)	(1.372.459)	(29.080)
Avaliação Patrimonial	451.576		(451.576)		
Reserva de Doação		37.880			37.880
Superávit do Período				1.322.262	1.322.262
Saldos em 31/12/2012	3.752.340	1.196.416	1.322.262	1.322.262	6.271.017

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)			
	NOTAS	2012	2011		2012	2011	
RECEITAS				1 - RECEITAS			
Convênios e Subvenções	12	1.500.085	757.639	1.1) Receita Total		16.266.589	11.932.872
Lei Rouanet	13	4.018.941	3.931.448	2 - VALOR ADICIONADO BRUTO		16.266.589	11.932.872
Doações e Campanhas	14	3.064.786	2.471.795	3 - RETENÇÕES			
Projetos Patrocinados	15	867.341	686.405	3.1) Depreciação, Amortização e Exaustão		620.620	794.513
Venda de Serviços	16	4.421.048	2.824.473	3.2) Contribuições Sociais Usufruidas (Isentas)	1.894.740	1.210.557	
Locação		32.360	50.555	3.3) Trabalho Voluntariado		467.288	-
Outras Receitas		29.913	19.560	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		13.283.942	9.927.802
Contribuições Sociais Usufruidas (Isentas)	17	1.894.740	1.210.557	PRODUZIDO P/ ENTIDADE		13.283.942	9.927.802
Trabalho Voluntariado	18	467.288		5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
		16.296.502	11.952.432	5.1) Receitas Não Operacional		29.913	19.560
DESPESAS OPERACIONAIS				6 - VALOR ADICIONADO			
Pessoal, Encargos e Benefícios		(5.240.346)	(3.315.831)	TOTAL A DISTRIBUIR		13.313.854	9.947.362
Despesas Administrativas de Estrutura		(3.736.962)	(2.839.213)	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Gratuidade dos Serviços Assistenciais	19	(1.369.192)	(1.620.137)				
Execução de Convênios	20	(1.138.083)	(934.049)				
Projeto de Capacitação Profissional		-	(514.435)				
Contrapartida de Uso do Imóvel	21	(650)	(1.929)	7.1) Pessoal e encargos	39	5.240.346	33
Projetos Patrocinados	22	(604.085)		7.2) Administrativas	23	3.116.342	22
Resultado Financeiro		(522.896)	(143.822)	7.3) Gratuidade dos Serviços Assistenciais	10	1.369.192	16
Isenção da Cota Patronal	17	(1.894.740)	(1.210.557)	7.4) Execução de Convênios	9	1.138.083	9
Trabalho Voluntariado	18	(467.288)		7.5) Projeto de Capacitação Profissional		-	5
		(14.974.242)	(10.579.972)	7.6) Contrapartida de Uso do Imóvel	0	650	0
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.322.262	1.372.459	7.7) Execução dos Projetos Patrocinados	5	604.085	-
				7.8) Resultado Financeiro	4	522.896	-
				7.9) Superávit do Exercício	10	1.322.262	14
				TOTAL	100	13.313.856	100

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS | CNPJ / MF 60.507.100/0001-30

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em reais)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)		
(Nota 23)		
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	1.322.262	1.372.459
Ajustes por:		
Depreciação e Amortizações	620.620	784.542
Outros	60.162	78.146
Superávit Ajustado	2.003.044	2.235.147
ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO DO ATIVO CIRCULANTE		
Clientes	4.062	137.575
Estoques de Mercadorias	(328.562)	(121.940)
Outros Recebíveis	(164.249)	(198.928)
TOTAL ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO ATIVO CIRCULANTE	(488.749)	(183.293)
ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DO PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	(760.100)	(697.948)
Obrigações Trabalhistas+Encargos	67.060	73.308
Provisões Trabalhistas	89.342	42.441
Convênios e Projetos a Realizar	(26.560)	1.905.142
Financiamentos	559.797	(20.919)
TOTAL ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DO PASSIVO CIRCULANTE	(70.460)	1.302.025
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.443.835	3.353.879
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(1.562.384)	(800.436)
Total do Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.562.384)	(800.436)
Decréscimo/Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(118.550)	2.553.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.304.479	2.751.037
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.185.929	5.304.479
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(118.550)	2.553.443

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma Fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11/03/1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº. 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos de Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15/02/1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69, portadora de CEAS conforme Portaria nº. 1194 de 14/12/2012, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 21/11/2012, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01/01/2010 a 31/12/2012. Em 29/05/2012 foi protocolado um novo processo sob nº. 71000.051588/2012-50 visando nova certificação. De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Entidade adotou a Lei nº. 11.638/2007 e a Lei nº. 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº. 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC-TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados nesse subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. c) **Ativos circulantes:** Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. d) **Imobilizado/Intangível:** O imobilizado e intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada deles e seu valor residual. A adoção da vida útil econômica foi efetuada para o setor produtivo e tecnológico da entidade. **Ajuste de Avaliação Patrimonial – custo atribuído "deemed cost":** Foram reconhecidos os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, conforme mencionado em nota explicativa nº 8. A avaliação foi efetuada pelo método comparativo direto de dados do mercado. O avaliador levou em consideração os antecedentes internos da entidade, tais como proteção dos seus ativos, a conservação, benfeitorias, documentos e seus registros e os antecedentes externos, tais como localização, acabamentos e ambiente econômico da região. e) **Passivo Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. f) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. g) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. h) **Despesas e Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. i) **Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2012	2011
Caixa	4.648	2.687
Contas Próprias – Conta Corrente	638.855	275.179
Contas Verbas Públicas – Conta Corrente	3.868.842	4.007.008
*Contas Próprias – Aplicações	380.718	661.051
*Contas Verbas Públicas – Aplicações	292.867	358.554
	5.185.929	5.304.479

*As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. ESTOQUES: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais gráficos, de conservação, consumo e higiene até a data do balanço.

	2012	2011
Matéria-prima	623.368	215.456
Material de Consumo	266.855	327.269
Outros	29.193	48.129
	919.416	590.853

7. OUTROS RECEBÍVEIS: Este grupo é composto dos valores de créditos das transações não classificadas como atividades-fim da Entidade, bem como os outros valores a recuperar.

	2012	2011
Adiantamento de Pessoal	101.995	93.652
Adiantamento a Fornecedores	165.092	31.455
Imposto a Recuperar IPI/IRRF	268.673	268.673
Prêmio de Seguro	4.542	4.835
Encargos Financeiros	47.298	4.763
Outras Despesas Antecipadas	132.416	152.389
	720.016	555.767

8. IMOBILIZADO: Movimentação do Custo

CONTAS	2011		2012		Saldo Final
	Saldo Final	Adições	Baixas	Ajustes de Avaliação	
Imóveis	2.164.195	-	-	506.145	2.670.337
Móveis e utensílios	365.245	130.045	-	(148.388)	346.902
Máquinas e equipamentos	2.429.628	32.935	-	(769.567)	1.692.996
Veículos	67.000	32.362	(8.000)	(14.018)	77.344
Matrizes	21.478	-	-	1.609.865	1.631.342
Biblioteca	1.408.175	33.594	-	(151.793)	1.289.976
Direito de uso	10.728	-	-	-	10.728
Equipamentos de informática	344.073	139.425	-	(70.659)	412.839
Instalações	95.000	-	-	166.583	261.583
Imobilizado em andamento	777.191	1.122.209	(505.609)	-	1.393.791
Total do Custo	7.682.713	1.490.535	(513.609)	776.876	9.787.841

CONTAS	2011		2012	
	Tx a.a %	Saldo Inicial	Baixas Ajustes de Avaliação	Adições/Ajustes de Avaliação Saldo Final
Imóveis	4	(1.360.350)	-	(186.479) (1.546.829)
Móveis e utensílios	10	(140.456)	-	(27.779) (168.235)
Máquinas e equipamentos	10	(1.232.088)	102.218	(114.422) (1.244.292)
Veículos	25	(13.400)	963	(19.336) (31.773)
Matrizes	10	(9.528)	-	(769.280) (778.807)
Biblioteca	10	(504.854)	248.423	(131.207) (387.638)
Direito de uso				
Equipamentos de informática	10	(95.607)	34.948	(36.959) (97.618)
Instalações	10	(9.500)	5.501	(24.191) (28.190)
Total Depreciação		(3.365.783)	392.053	(1.309.653)
Imobilizado Líquido		4.316.930		5.504.459

9. INTANGÍVEL: Movimentação do Custo

	2011		2012	
	Saldo Final	Adições	Baixas Ajustes de Avaliação	Adições Ajustes de Avaliação Saldo Final
Software e programas	1.540.291	71.849	-	(1.181.607) 430.533

	2011		2012	
	Tx a.a %	Saldo Inicial	Baixas/Ajustes de Avaliação	Adições/Ajustes de Avaliação Saldo Final
Software e programas	20	(854.571)	834.404	(21.773) (41.940)
Intangível Líquido		685.720		388.593

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

11. DO RESULTADO DO EXERCÍCIO: O superávit do período é destinado à manutenção das atividades sociais em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes e será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, item 15.

12. CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES: Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu à Resolução CFC nº 1.305/10.

	2012	2011
Secretaria Municipal da Cultura	361.553	-
Sec. Mun. de Assist. Des. Social	410.171	387.720
Secret. Esp. p/ Part. e Parc. – Fumcad	728.362	369.919
	1.500.085	757.639

13. LEI ROUANET: Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto proporcional ao formato e valor aplicado. O projeto de captação através desse incentivo (IR) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/daisy) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura e lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

14. DOAÇÕES E CAMPANHAS: As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	2012	2011
Campanhas e Eventos	2.115.572	1.148.471
Doativos Bancários	542.626	784.292
Nota Fiscal Paulista	167.170	142.525
Doativos em Espécie	239.418	396.507
	3.064.786	2.471.795

15. PROJETOS PATROCINADOS

	2012	2011
Projeto Abre Livros	154.709	350.818
Projeto Perfumaria p/ Deficientes	220.861	228.127
Fundação Arimax	-	7.460
Instituto Coperforte	61.289	-
Lei Mendonça	259.081	-
Secr. da Cidadania Cultural	20.000	-
Itaú Ficas	66.340	-
Fundação Prada	85.059	100.000
	867.341	686.405

16. VENDAS DE SERVIÇOS: Serviços de acessibilidade prestados a pessoas físicas e jurídicas.

	2012	2011
Impressão/Transcrição/Vendas	1.981.457	2.248.437
Serviços - Cursos/Palestras	55.873	55.329
Serviços de Gravação Digital – Livro Falado	2.923.814	1.316.753
Publicações	19.794	21.422
(-) Custos dos Serviços	(559.891)	(817.468)
	4.421.048	2.824.473

17. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS): Conforme o artigo 29 da Lei nº. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstramos as contribuições sociais usufruídas:

	2012	2011
INSS Cota Patronal	1.460.697	1.210.557
Cofins	434.043	-
	1.894.740	1.210.557

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO: Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado o valor de R\$ 467.288 em 2012. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

19. ASSISTÊNCIA SOCIAL – GRATUIDADES CONCEDIDAS: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10; por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentadas. A Entidade possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: I – prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; II – quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; III – demonstrar potencial para se integrar à rede socioassistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e IV – disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. **19.1- Formalização dos Projetos Sociais:** A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Entidade, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. **a)** O Deficiente na Universidade: O projeto tem como objetivo prover todas as pessoas com deficiência visual no ensino médio, vestibulandos, universitários e profissionais liberais por meios e ferramentas para estudo e pesquisa em todo o território nacional, criando e disponibilizando diversos títulos de dicionários, acadêmicos e de referência para que a pessoa com deficiência visual tenha a sua disposição material de qualidade e que permita maior independência no desenvolvimento de seus estudos e atividade profissional e pessoal. No exercício 2012 foram produzidos e distribuídos de forma gratuita 790 novos títulos para 161 deficientes visuais em todo o território nacional. **b)** Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais: Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam ao desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo a aprendizagem, à adaptação social, à orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomies de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2012 realizamos 15 mil atendimentos e 1.392 pessoas foram reabilitadas.

Projetos e Programas	2012	2011
O Deficiente na Universidade	769.179	354.134
Habilitação e Reabilitação	600.014	1.266.003
	1.369.193	1.620.137

20. EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS: No exercício de 2012 foram executados os seguintes convênios: **a)** Fumcad – Convênio nº 106/2011 - Atendimento 1ª Infância: - Atendimento mensal de 40 bebês e crianças de 0 a 6 anos com deficiência visual. **b)** Fumcad – Convênio nº 143/2011 - Livros Inclusivos: Foram produzidas e distribuídas 1.650 coleções com 6 livros que totalizaram 9.900 livros – 1.456 exemplares da série Dorina Nowill; Braille o que é isto? – Foram beneficiados 603 alunos de 6 a 18 anos com deficiência visual. **c)** Fumcad – Convênio 144/2011 – Audio Books: Foram produzidos e distribuídos 8.580 audiolivros – 1.912 exemplares das cartilhas de capacitação “Perdi a visão e agora?” e “A criança cega vai à escola”. Foram beneficiados 603 alunos de 6 a 18 anos com deficiência visual.

Secret. Mun. Part. e Parc. – Fumcad	2012	2011
Atendimento – 1ª Infância	223.724	166.185
Livros Inclusivos	237.780	74.809
Audio Books	266.402	128.924
	727.917	369.919

Secret. Municipal de Assist. e Desenvol. Social – SMADS – Conforme convênio, foram ofertadas 295 vagas/mês que custearam parcialmente, 3.540 atendimentos/ano:

Secret. Municipal de Assist. e Desenvol. Social – SMADS	2012	2011
Salários	257.945	242.600
Consumo de Materiais	152.225	145.120
	410.171	387.720
Total das Execuções de Convênios	1.138.083	934.049

21. CONTRAPARTIDA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS: De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel sito à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 - Vila Clementino - SP, em cursos para professores e educadores e atendimento educacional especializado gratuito.

	2012	2011
Permissão de Uso do Imóvel	650	1.929

22. EXECUÇÃO DOS PROJETOS PATROCINADOS: A execução dos projetos patrocinados em 2012 compreende os seguintes gastos:

Projeto Perfumaria p/ Deficientes	252.498
Instituto Coperforte	58.967
Itaú Ficas	52.851
Fundação Prada	85.059
Projeto Abre Livros	154.709
	(a) 604.085
Lei Mendonça	259.081
Secr. da Cidadania Cultural	20.000
	(b) 279.081

1) Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2)** Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3)** Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **4)** Base para Opinião com Ressalva: A Entidade não realizou inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2012. Assim sendo, não foi possível nos certificar da exatidão das quantidades dos estoques, mediante outros procedimentos alternativos de auditoria. Por essa razão não conseguimos mensurar os efeitos sobre os ativos e resultado do período encerrado em 31 de dezembro de 2012. **5)** Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, as origens e aplicações de seus recursos e os seus fluxos de

(a) Despesas administrativas, salários e encargos e serviços.

(b) Investimento em ativo imobilizado

23. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº. 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

24. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados. **24.1 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE:** A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: a Instituição é regida pela Constituição Federal; a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo.

25. SEGUROS CONTRATADOS: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros: Seguro Predial – Apólice 8586 – Vencimento Set/2013; Seguro de Veículo – Apólice 31-53-052-541 – Vencimento Jun/2013; Seguro de Veículo – Apólice 547.543 – Vencimento Fev/2013.

São Paulo, 31 de dezembro de 2012.

ADERMIR RAMOS DA SILVA FILHO
Presidente

MARIA HELENA FLORES
CRC 109.020 | Contadora

caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). 6) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 2 de março de 2012, que não teve modificação. Demonstração do valor adicionado: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo - SP, 21 de fevereiro de 2013.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Carmo Antônio Marino
Contador | CT- CRC. : 053.925/O- 4

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador | CRC/SP 187.003/O- 0 | CNAI – SP – 1620

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Dorina Nowill para Cegos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância, inclusive com ressalva conforme o item 4 do relatório dos auditores independentes emitido pela Audisa Auditores Associados, que examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e são de parecer que essas peças contábeis sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013

Carlos Souza Barros de Carvalho
CPF 003.684.158-72

Fernando Augusto Trevisan
CPF 292.331.408-57

Leonardo Barém Leite
CPF 111.367.728-71